



## Juiz federal lança livro sobre crimes aeronáuticos

Com enfoque na legislação e nas condutas relacionadas aos crimes de aviação, o livro “Crimes Aeronáuticos” traz uma abordagem prática sobre acidentes aéreos comerciais que ficaram conhecidos por todo o país. Com uma ótica penalista, a linguagem do livro consegue atingir os dois públicos com maior interesse pela obra: o profissional das ciências aeronáuticas e o operador do Direito.

O autor, juiz federal titular da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari, ex-aviador e investigador de acidentes aeronáuticos pela Força Aérea Brasileira, Marcelo Honorato, relata no livro acidentes como o ocorrido com a aeronave da TAM no aeroporto de Congonhas, em 2007, e a colisão do voo GOL 1907 com a aeronave Legacy, em 2006.

Em São Paulo, a obra literária será lançada na próxima terça-feira, dia 28, às 19h, na Universidade Anhembi Morumbi – Campus Vila Olímpia. Já em Minas Gerais, o lançamento ocorrerá no dia 29 de outubro, quarta-feira, às 11h, durante o Seminário Nacional de Manutenção, no Centro de Manutenção da Gol.

## CJF aprova Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), elaborado a partir do Plano Estratégico da Justiça Federal, na última sexta-feira, dia 17, durante sessão ordinária do colegiado realizada no TRF/5ª Região, em Recife/PE.

O documento propõe a uniformização dos sistemas nacionais de informação e as aquisições conjuntas da área, além de propor o nivelamento de infraestrutura na Justiça Federal voltada para compartilhar o conhecimento e para melhorar as rotinas de trabalho – o que atende aos princípios de economicidade e aumento da eficiência operacional.

Sobre o PETI, o ministro Humberto Martins destacou algumas das iniciativas, como a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe); a adoção do Modelo Nacional de Interoperabilidade; o desenvolvimento de nova tecnologia para o Sistema Nacional de Cálculos Judiciais; a implantação de sistemas eletrônicos de gestão integrados e de ferramentas de Tecnologia da Informação, entre outras.

## Reunião define pontos do acordo de desocupação humanizada do Anel Rodoviário de Belo Horizonte



Ramoni Pereira

A coordenadora do Sistema de Conciliação da 1ª Região (SistCon), desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, e a coordenadora do Programa de Remoção e Reassentamento Humanizado das Famílias do Anel Rodoviário de Belo Horizonte e BR 381, juíza federal Dayse Starling, reuniram-se com representantes da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Caixa Econômica Federal (CEF), do Estado de Minas Gerais, do Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT) e do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) para dar continuidade ao processo de reassentamento das famílias afetadas pelas obras do Anel Rodoviário de Belo Horizonte (MG). O encontro foi realizado nesta segunda-feira, 20, na sala de reuniões do SistCon, em Brasília.

Durante a reunião, os representantes da AGU se comprometeram a encaminhar a minuta do acordo a ser assinado entre as partes ao advogado-geral da União, Luis Inácio Lucena Adams, no prazo máximo de dez dias. Para a coordenadora do SistCon, o encontro desta segunda-feira foi satisfatório. “O passo de hoje foi muito importante porque nós discutimos todo o acordo. A AGU se comprometeu a levar ao ministro Adams os novos termos para que ele dê sua sinalização ao prosseguimento da iniciativa”, disse.

A juíza Dayse Starling também se mostrou satisfeita. “Nós conseguimos retomar o projeto de conciliação, fechar os pontos pendentes do acordo e já marcar uma possível data de assinatura.

[[Leia mais](#)]

Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Assessoria de Comunicação Social  
ascom.trf1@trf1.jus.br  
(61) 3314-5379